



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Número do** 1.0024.11.232828-1/002 **Númeraço** 1206461-  
**Relator:** Des.(a) Kárin Emmerich  
**Relator do Acórdão:** Des.(a) Kárin Emmerich  
**Data do Julgamento:** 03/12/2013  
**Data da Publicação:** 07/01/2014

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - LEI MARIA DA PENHA - CRIME DE AMEAÇA PRATICADO NO ÂMBITO DOMÉSTICO - MEDIDAS PROTETIVAS REQUERIDAS PELA VÍTIMA - INDEFERIMENTO PELO JUÍZO PRIMEVO COM SUPEDÂNEO NO DESINTERESSE DA VÍTIMA NÃO LOCALIZADA NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS - INCONSISTÊNCIA - REFORMA DA DECISÃO - MEDIDA QUE SE IMPÕE - NATUREZA JURÍDICA DE TUTELA INIBITÓRIA - AUTONOMIA E SATISFATIVIDADE - RECURSO MINISTERIAL PROVIDO.

1. Em virtude do caráter protetivo da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), há que se conferir às medidas protetivas previstas no art. 22, a natureza jurídica de tutela inibitória, vez que categorizá-las como tutela cautelar equivale a esvaziar teleologicamente a lei, bem como prorrogar indefinidamente a situação de vulnerabilidade e desproteção da mulher.

2. Em virtude do caráter autônomo e dos fins que as justificam, o indeferimento das medidas protetivas com fundamento no desinteresse da vítima porque não localizada no endereço informado e constante dos autos não subsiste, mormente porque, após o aludido indeferimento, fora intimada no mesmo endereço em que declinou ser sua residência deste seu primeiro comparecimento à delegacia.

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CR Nº 1.0024.11.232828-1/002 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - AGRAVANTE(S): GERALDA APARECIDA DOS SANTOS - AGRAVADO(A)(S): MURILO DOMINGOS DUARTE

ACÓRDÃO



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Vistos etc., acorda, em Turma, a 1ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO, COM RECOMENDAÇÃO.

DESA. KÁRIN EMMERICH

RELATORA

DESA. KÁRIN EMMERICH (RELATORA)

V O T O

Trata-se de Agravo de Instrumento Criminal, interposto por Geralda Aparecida dos Santos, de fls. 02/18, acompanhado dos documentos de fls. 19/115, em face da decisão acostada aos autos às fls. 40, em que o juízo a quo indeferiu o pedido de aplicação de medidas protetivas em desfavor de Murilo Domingos Duarte, sob a presunção de desinteresse, eis que não fora localizada no endereço informado e constante nos autos e sequer retornou para atualizá-lo.

Sustenta a agravante que necessária a reforma da decisão, para que sejam deferidas as medidas protetivas postuladas por si, uma vez que o simples fato de não ter o oficial de justiça a localizado quando da execução do mandado não significa que se desinteressou pelas medidas protetivas, até mesmo porque, em momento posterior foi devidamente intimada e encontrada no endereço constante dos autos.

Sopesa que é vítima de agressões físicas e ameaças, sendo que aos 26/08/2012 sofrera uma tentativa de homicídio por parte do agravado.

Narra pela necessidade imperiosa de que lhes sejam concedidas as medidas protetivas requeridas, especialmente porque deve ser dada mais credibilidade à sua versão dos fatos, sem



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

necessidade de outras provas, trazendo a segurança e sossego de que necessita, juntamente com sua família, para uma vida digna.

Argumenta, assim, que estando presentes os requisitos aptos à concessão das medidas protetivas requeridas no juízo de origem, requer a apreciação do pedido de antecipação de tutela recursal, com o deferimento de medidas protetivas. Outrossim, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Antecipação de tutela recursal deferida pelo em. Des. Alberto Deodato Neto às fls. 121/122, para determinar o afastamento de Murilo Domingos Duarte do local de convivência com a ofendida, não devendo desta se aproximar até a distância de 100 (cem) metros, nos termos do art. 22, incisos I e III, 'a', da Lei 11.340/06.

Contraminuta ao agravo de instrumento, de fls. 131/135, acompanhada dos documentos de fls. 136/166, argumentando que não existe lastro probatório necessário para concessão da liminar, restando evidente, a seu sentir, que a consideração somente da palavra da ofendida seria dar tratamento desigual ao suposto ofensor, já que não existem nos autos outras provas que possam consubstanciar a medida protetiva. Assim, considerando a cautelaridade das medidas protetivas, a ausência de elementos caracterizadores da urgência e necessidade destas medidas extremas, pugna pelo não provimento do recurso aviado. Requer, por fim, os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Parecer da Procuradoria-Geral de Justiça de fls. 168/169, requerendo seja mantida a decisão que deferiu liminarmente as medidas protetivas.

Despacho de fls. 172, determinando o apensamento do presente agravo à apelação de nº 1.0024.11.232.828-1/001

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça de fls. 181 opinando pela análise do mérito da causa somente nos autos em apenso, tendo em vista que a insurgência tanto do Ministério Público

do Estado de Minas Gerais, quanto da Defensoria Pública, é em relação a decisão de fls. 23, do apenso, que indeferiu as medidas protetivas.

É o relatório.

Decido.

Antes de mais nada, ressalta-se que, não obstante o entendimento contido no parecer da Procuradoria Geral de Justiça de fls. 181, entendo como necessário o julgamento dos presentes autos e apenso em votos apartados, mormente porque, neste processado, existe pedido de antecipação de tutela recursal, mas especialmente por ter sido juntada vasta documentação pela agravada, relativa a fatos novos ocorridos após o declinado no apenso, eu necessitam ser devidamente apreciados por esta instância recursal.

Assim, conheço do recurso, presentes os pressupostos de admissibilidade.

Verifica-se que a Lei 11.340/06 (Maria da Penha) foi promulgada com o claro intuito de tornar mais rigorosa, em tese, a punição dos casos de violência doméstica e familiar, visando proteger não apenas a incolumidade física e a saúde da vítima, como também tutelar a tranquilidade e a harmonia dentro do âmbito familiar, propiciando uma vida mais fraterna entre os membros da família e seus afins.

Analizando detidamente a questão levantada nos autos, tenho que razão assiste à agravante-vítima.

Isso porque, depreende-se dos autos que a vítima, após ter sofrido supostas agressões verbais do seu marido, o ora agravado, compareceu à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher.

Na ocasião, foi lavrado o Boletim de Ocorrência (fls.27/30) e colhido o depoimento da vítima, consoante Termo de Declaração de fls. 21/21v. no qual ela relata o ocorrido, a saber:

"A DECLARANTE É CASADA COM O AUTOR HÁ 30 ANOS TENDO 02 FILHAS DESTA UNIÃO E ESTÃO SEPARADOS DE CORPOS HÁ 12 ANOS; QUE NESTA DATA POR VOLTA DAS 19:20HS OUVIU UM BARULHO QUANDO DEPAROU COM O CARRO DO AUTOR "DEPENDURADO NA VARANDA DA GARAGEM"; A DECLARANTE SE ASSUSTOU E PEDIU O AUTOR QUE PEDISSE AJUDA PARA ALGUÉM, NESSE MOMENTO O AUTOR TOMOU DE POSSE UM PEDAÇO DE CONCRETO E AMEAÇOU A DECLARANTE DIZENDO: SAI DAQUI QUI (sic) SENÃO VOU TE QUEBRAR TODA; QUE FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ANTERIORMENTE VEZ (sic) OCORRÊNCIA NA ÉPOCA DOS FATOS; QUE NÃO HOUE TESTEMUNHA DOS FATOS (...)"

Note-se que, não obstante tenha demonstrado sua vontade em não representar contra o agravado (Termo de Desinteresse de fls.03), a vítima, expressamente, requereu a concessão de medidas protetivas de urgência, tanto no Termo de fls. 20, quanto no Termo de Requerimento da Ofendida de fls. 22v., no qual constou as seguintes medidas:

## **"Medidas Protetivas**

\* Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

\* Proibição de determinadas condutas entre as quais:

o aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

o frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

Assim, não obstante o requerimento expresso, as medidas

protetivas postuladas pela vítima foram indeferidas conforme cópia da decisão de fls. 40, repita-se, sob o fundamento de presunção de desinteresse, eis que não fora localizada no endereço informado e constante nos autos e sequer retornou para atualizá-lo

Importa ressaltar que, apesar de os fatos relatados pela vítima não causarem qualquer espécie de surpresa, vez que conflitos emergidos de relações afetivas têm sido a principal causa da violência doméstica praticada no âmbito familiar, o Poder Judiciário, juntamente com outros órgãos, vem se empenhando em dar efetividade às garantias insertas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) com o intuito de minorar a situação de fragilidade da mulher.

Como bem asseverou a eminente Ministra Eliana Calmon, em palestra proferida, em 26/04/13, no auditório deste Tribunal, no evento que marcou o lançamento da campanha "Compromisso e Atitude - Lei Maria da Penha - A Lei é mais Forte", a questão da violência doméstica "passou a ser uma questão de Estado", por se tratar de um problema que atinge todo o mundo, "com destaque para as sociedades menos evoluídas". Destacou, também, a importância do papel do juiz, que, a partir da promulgação da Constituição de 1988, deve atuar como fiscal de políticas públicas. Asseverou, ainda, que o Poder Judiciário tem a obrigação de se engajar nesse movimento, estando sempre atento às mudanças. (Fonte: Assessoria de Comunicação Institucional - Ascom. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/portal/imprensa/noticias/minista-eliana-calmon-profere-palestra-sobre-a-lei-maria-da-penha-notjmg.htm#.UX20ZqWnCp1>).

Nesse diapasão, releva salientar que referida lei foi promulgada com intuito de tornar mais rigorosa a punição dos casos de violência doméstica e familiar com vistas a proteger, não só a incolumidade física e emocional da mulher, como também garantir a tranquilidade e a harmonia no seio familiar.

Em razão do seu caráter protetivo, portanto, em determinados casos, devem ser decretadas medidas em favor da mulher para assegurar sua integridade e, por conseguinte, evitar

maiores danos à vítima, à família ou até mesmo comprometer a regularidade de eventual investigação em curso.

Não é à toa que a inserção das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha tem sido apontada como um dos maiores avanços no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no País.

No que concerne à natureza jurídica dessas medidas, muito se discute e, por ora, ainda inexiste consenso quanto a isso.

A controvérsia divide doutrina e jurisprudência: parcela minoritária defende a natureza inibitória e o caráter autônomo e satisfativo das medidas, ao passo que outra parcela, a majoritária, defende a natureza cautelar e o cunho instrumental e acessório dessas medidas.

Consoante é cediço, a tutela inibitória, que, em nosso ordenamento positivo ostenta status constitucional (art. 5º, XXXV, CR/88), representa importante mecanismo contra lesão ou ameaça de violação a direito.

Luiz Guilherme Marinoni ressalta a importância da tutela inibitória e a distingue das cautelares, com os seguintes argumentos:

"A sua importância deriva do fato de que constitui ação de conhecimento que efetivamente pode inibir o ilícito. Dessa forma, distancia-se, em primeiro lugar, da ação cautelar, a qual é caracterizada por sua ligação com uma ação principal, e, depois, da ação declaratória, a qual já foi pensada como "preventiva", ainda que destituída de mecanismos de execução realmente capazes de impedir o ilícito. (...)

A ação inibitória é consequência necessária do novo perfil do Estado e das novas situações de direito substancial. Ou seja, a sua estruturação, ainda que dependente de teorização adequada, tem relação com as novas regras jurídicas, de conteúdo preventivo, bem



como com a necessidade de se conferir verdadeira tutela preventiva aos direitos, especialmente aos de conteúdo não-patrimonial". (MARINONI, Luiz Guilherme. "Inibitória e tutela de remoção do ilícito". Fonte: [www.abdpc.org.br](http://www.abdpc.org.br)). Grifos.

Vê-se, assim, que a tutela inibitória é cabível quando a pretensão almejada for a conservação da integridade do direito com vistas a prevenir ou impedir a prática ou a continuidade de um ilícito, garantindo-se, ao final, o próprio direito.

É importante que se faça a distinção entre as medidas protetivas e as medidas cautelares, tendo em vista que a classificação equivocada das medidas protetivas - as que nos interessa no momento - pode colocar em xeque a própria efetividade do instituto ora em discussão e, ao revés, deixar a vítima em desamparo.

Teleologicamente, a Lei Maria da Penha foi criada com a finalidade de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, conforme já afirmado.

Tanto é assim que, com o objetivo de garantir a integridade física ou psíquica da vítima em situações de violência, estabelece providências judiciais, entre as quais se inserem as chamadas medidas protetivas de urgência.

É o que se lê, de imediato, em seu art. 1º:

"Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar". Grifos.



Em consonância com tal artigo, a proteção da integridade física e psíquica da mulher nada mais é do que o próprio direito, cuja satisfação só pode ser obtida por meio da tutela inibitória.

O caráter satisfativo das medidas protetivas é defendido por Maria Berenice Dias:

"As medidas deferidas, em sede de cognição sumária, não dispõem de caráter temporário, ou seja, não é imposto à vítima o dever de ingressar com ação principal no prazo de 30 dias. Todas têm caráter satisfativo, não se aplicando a limitação temporal prevista na lei civil. Subtrair a eficácia da medida depois do decurso de determinado prazo, conforme é sustentado em sede doutrinária, pode gerar situações para lá de perigosas. Basta supor a hipótese de ter sido afastado o ofensor do lar em face das severas agressões perpetradas contra a mulher, tendo ela ficado no domicílio comum junto com a prole. Decorridos 30 dias da efetivação da medida, de todo descabido que, pelo fim da eficácia da decisão, tenha o agressor o direito de retornar ao lar." (DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. Conteúdo Jurídico, Brasília - DF: 15 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?content=2.22439>>. Acesso em: 29 de abril de 2013).

Na mesma linha de raciocínio, a Defensora Pública Julia Maria Seixas Bechara, também sustenta a tese de que as medidas protetivas de urgência ostentam natureza jurídica de tutela inibitória cível. Em seu artigo "Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência" enfrenta a questão da natureza jurídica das protetivas e faz críticas à cautelaridade. Para ela as características da tutela cautelar (instrumentalidade, temporariedade e não-satisfatividade) são incompatíveis com a finalidade das medidas protetivas, ressaltando que:

"(...) a exigência de futura propositura de ação significaria nova desproteção à vítima, em atendimento a formalismo incompatível com o mecanismo de solicitação da ordem. Isso posto, conclui-se que a medida protetiva, porque autônoma e satisfativa, não é tutela de

natureza cautelar, mas sim tutela inibitória. Com efeito, ao entregar à vítima o direito material invocado - consistente em sua proteção perante o suposto agressor - dispensa a medida protetiva qualquer outro procedimento, produzindo efeitos enquanto existir a situação de perigo que embasou a ordem (*rebus sic stantibus*). A circunstância de a demanda ser fundada em perigo e baseada em cognição sumária - na fase de antecipação de tutela da protetiva - não implica, necessariamente, a caracterização da medida como cautelar". (BECHARA, Julia Maria Seixas. Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2661, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17614>>). Grifos.

Dessa forma, o mais razoável - exatamente em virtude do caráter protetivo da referida Lei - é conferir às medidas protetivas previstas no art. 22, a natureza jurídica de tutela inibitória, vez que categorizá-las como tutela cautelar equivale a esvaziar teleologicamente a lei, bem como protrair indefinidamente a situação de vulnerabilidade e desproteção da mulher.

Saliente-se, portanto, que, diferentemente da cautelar, a tutela inibitória é cabível quando se pretende conservar a integridade do direito e, por conseguinte, evitar que haja sua degradação. Em razão do caráter preventivo, as medidas inibitórias são autônomas e, diferentemente das medidas cautelares, não servem de instrumento para embasar a propositura da ação principal.

Com esteio nesse raciocínio, é possível concluir que o deferimento de tais medidas independe do interesse da vítima na persecução penal, vez que, conquanto deferidas, a manutenção dessas (das medidas), ainda que transitoriamente, independe de eventual propositura de eventual ação penal contra o agressor.

Extraí-se tal conclusão da leitura do art. 22 da Lei nº 11.340/06, o qual, em momento algum, condiciona a concessão das medidas à necessidade de instauração de inquérito policial ou de processo criminal em curso, fazendo-o tão somente no que concerne à

existência de situação de violência no âmbito doméstico e familiar.

Para reforçar o caráter autônomo e satisfativo das medidas protetivas, vale citar que, na redação final da Lei nº 11.340/06, o termo "medidas cautelares" existente no texto original do anteprojeto de Lei nº 4.559/2004 decaiu dando lugar, posteriormente, à expressão "medidas protetivas de urgência".

O reconhecimento da autonomia das medidas protetivas, portanto, é imprescindível para que a mulher não se sinta desamparada em situações em que não for instaurado um processo criminal.

Isso significa dizer que, nos casos em que houver situação de violência no âmbito familiar, e, por sua vez, a mulher clamar pela concessão de tais medidas, como in casu, estas deverão ser concedidas, vez que objetivam, prima facie, a preservação da integridade física e mental da mulher, bem como, em momento posterior, evita o acionamento da máquina estatal em intervenções mais graves e severas e, conseqüentemente, mais lesivas não só para a família como, por vias oblíquas, para a toda sociedade.

No caso vertente conforme já salientado, as medidas protetivas foram requeridas pela própria vítima, conforme Termo de Declaração (fls. 21/21v.) e Termo de Requerimento de fls. 22/22v.

Considerando, portanto, que a natureza jurídica de tutela inibitória das medidas protetivas as reveste de caráter autônomo e satisfativo, bem como o escopo da lei em questão, aliado às evidências de que o agravado, de fato, ameaçou a vítima (fls. 21v.) e, ainda, diante da inexistência de qualquer manifestação da vítima no sentido de dispensar a aplicação das medidas, a reforma da decisão que as indeferiu é medida que se impõe.

Nesse sentido, vale colacionar a jurisprudência:

**"APELAÇÃO CRIMINAL - RECEBIMENTO COMO AGRAVO DE**

INSTRUMENTO - APLICAÇÃO - FUNGIBILIDADE RECURSAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - AMEAÇA E LESÃO CORPORAL - LEI MARIA DA PENHA - EXPEDIENTE APARTADO DE MEDIDAS PROTETIVAS - PROCEDIMENTO AUTÔNOMO - CARÁTER SATISFATIVO - INDEPENDÊNCIA DO AJUIZAMENTO DE AÇÃO PRINCIPAL - MÉRITO - CONCESSÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS - NECESSIDADE - FUMUS BONI IURIS E PERICUM IN MORA CONFIGURADOS - ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS - DEFENSOR DATIVO - POSSIBILIDADE. (...) - As medidas protetivas abarcadas pela Lei Maria da Penha têm natureza autônoma, de caráter satisfativo, devendo por isso, produzir efeitos enquanto perdurar uma situação de perigo que ensejou o requerimento de proteção do Estado e, não apenas enquanto for manejada uma persecução criminal contra o suposto ofensor. (...). (TJMG-AP Nº 1.0024.09.685258-7/001. Rel. Des. Jaubert Carneiro Jaques. J. 04/12/2012). Grifos.

"(...) As medidas protetivas de urgência devem ter sua eficácia estendida até o momento em que cessar a necessidade de proteção da ofendida, não se vinculando à ação penal". (TJMG-AP 1.0024.10.253533-3/001. Rel. Des. Silas Vieira. DJe 22/06/2012).

A concessão das medidas protetivas, no caso em examine, é não somente necessária, mas urgente!

Isto porque, conforme se infere dos autos, em data posterior aos fatos relatados nestes autos, a vítima fora novamente ameaçada pelo agravado, tendo lavrado, para tanto, os boletins de ocorrência de fls. 82/84, em 26/12/2011, de fls. 85/88, em 27/04/2012, de fls. 89/91, em 05/09/2012, de fls. 92/95, em 19/09/2012.

De se notar, por oportuno, que a vítima também juntou aos autos histórico de agressões físicas sofridas pelo seu marido, o agravado, desde 29/01/2001, conforme se depreende dos documentos e fotos de fls. 99/114, reforçando, por conseguinte, a concessão premente de todas as medidas protetivas requeridas às fls. 22v., destes autos.

Ressalta-se, derradeiramente, por oportuno, que, diante da

presunção de "desinteresse" da vítima em informar seu endereço, eis que, segundo consta da decisão agravada juntada ao feito, às fls. 40, não foi possível localizá-la no endereço informado nos autos, o magistrado de primeiro grau indeferiu as medidas protetivas.

Ora, em se considerando o caráter autônomo das medidas protetivas e, sobretudo, os fins que as justificam, a reforma da decisão mostra-se imperativa, até porque adiro ao entendimento esposado pelo órgão ministerial nas razões recursais constantes do apenso, vez que também entendo que não se pode presumir o desinteresse da vítima relativamente às medidas protetivas requeridas pelo simples fato de não ter o oficial de justiça a localizado quando da execução do mandado.

Até mesmo porque, no caso em examine, a posteriori, às fls. 28/29 - também ex vi do mandado de fls. 66 e certidão positiva de intimação de fls. 67, fora encontrada a vítima no mesmo endereço em que declinou ser sua residência deste seu primeiro comparecimento à delegacia (fls. 20).

Logo por todo o esposado alhures, não se justifica o indeferimento das medidas protetivas, nem ao menos com base no fundamento exposto pelo magistrado de primeiro grau.

Por fim, defiro a justiça gratuita requerida pela agravante, amparada que está pela Defensoria Pública de Minas Gerais.

Lado outro, em relação ao agravado, necessário o indeferimento da referida benesse, uma vez que não preenche os requisitos constantes da Lei 1.060/50, sendo certo que, ao contrário da agravante, possui procurador particular nos autos, o que denota, no mínimo, que tem condições financeiras suficientes para arcar com o pagamento de honorários advocatícios e, por conseguinte, também das custas processuais.

Ante o exposto, torno definitiva a antecipação de tutela recursal deferida às fls. 121/122 e, em consequência, DOU



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

PROVIMENTO ao recurso, para reformar a decisão agravada juntada aos autos às fls. 40 e, portanto, deferir a concessão das medidas protetivas postuladas pela vítima, nos termos constantes de fls. 22v., até o momento em que, porventura, sobrevierem fatos que permitam aferir se houve alteração do quadro de violência doméstica narrada nestes autos, os quais deverão ser avaliados pelo juiz de primeira instância, após a oitiva da vítima, sem prejuízo de que estas sejam revistas, nos termos do art.19, da Lei nº11.340/2006.

Comunique-se imediatamente o juízo de primeira instância acerca desta decisão, para que se lhe dê fiel cumprimento.

Custas isentas diante do provimento do recurso.

DES. SILAS RODRIGUES VIEIRA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. ALBERTO DEODATO NETO - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, COM RECOMENDAÇÃO"